

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL PIO XII

Camila Gonçalves Ribeiro¹

Claudia de Oliveira Vale²

Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho³

Resumo

Pensar na formação de professores qualificados é o desafio das políticas públicas educacionais atuais, buscando minimizar a fragilidade na qual está inserida a educação pública brasileira. Esta pesquisa teve como objetivo principal conhecer como são desenvolvidos os cursos de formação continuada de professores do Centro de Ensino Pio XII, localizado na cidade de São Luís, Maranhão, Brasil, que atuavam na Sala Especial. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa não participativa e bibliográfica. Na coleta de dados utilizamos questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados à professora da classe especial. Os resultados explicitaram que o setor de Supervisão de Educação Especial (SUESP) responsável pelos cursos de formação continuada oferecidos aos professores atuantes em Salas Especiais, pouco ou nada tem feito para cumprir o que prescreve a legislação sobre a educação especial no tocante à formação de professores, pois, os cursos de formação continuada de professores, para a Educação Especial, quando são promovidos acontecem no final do ano letivo.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação de Professores; Formação Continuada.

THE TRAINING OF TEACHERS FOR SPECIAL EDUCATION IN THE CENTER OF FUNDAMENTAL
TEACHING PIO XII

Abstract

Thinking about the formation of qualified teachers is the challenge of current public education policies, seeking to minimize the fragility in which Brazilian public education is inserted. This research had as main objective to know how they are developed the courses of continuous formation of professors of the Center of Education Pio XII, located in the city of São Luís, Maranhão, Brazil, that acted in the Special Room. The methodological procedure adopted was non-participatory and bibliographical research. In the data collection we used questionnaires with open and closed questions applied to the teacher of the special class. The results explained that the Special Education Supervision (SUESP) sector responsible for continuing education courses offered to teachers working in Special Rooms has done little or nothing to comply with the provisions of special education legislation on teacher education, since continuing education courses for Special Education teachers when they are promoted take place at the end of the school year.

Palavras-chave: Special Education; Teacher training; Continuing Education.

Introdução

Pensar na formação de professores para Educação Especial é o desafio das políticas públicas educacionais atuais, buscando aplacar a fragilidade na qual está inserida a educação pública brasileira. Os professores

¹ Psicóloga e Pedagoga. Professora da Universidade Estadual do Maranhão –UEMA e aluna da Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

² Pedagoga, professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF e orientadora de TCC do Núcleo de Tecnologia da Uema – UEMANET. Aluna da Pós-Graduação *Strictu Sensu* do PPGE-UFMA pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

³ Professora Doutora, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – PPGE/UFMA

encontram dificuldades de cunho teórico-metodológico ao atuarem em sala de aula na sua área de formação, o que nos faz refletir sobre os percalços presentes na prática pedagógica dos docentes em Salas Especiais, por ser uma modalidade de educação que requer apenas formação complementar para desenvolver um trabalho com alunos com múltiplas deficiências.

Este trabalho teve como objetivo, conhecer como ocorre a Formação Continuada de Professores que trabalham na Sala Especial. A Sala Especial é um espaço de práticas pedagógicas na Escola Comum, organizado para o atendimento de alunos Público Alvo da Educação Especial⁴ onde devido a sua deficiência, não era possível a sua inserção na Sala de aula Comum. Esta sala deve possuir ambiente próprio e adequado ao processo de ensino e aprendizagem, dispondo de professor especializado em Educação Especial/Inclusiva, utilizando métodos, técnicas e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos.

A Educação Especial, em meados da década de 90 passou por transformações políticas necessárias, e marca uma nova era para esta modalidade de educação. Com a intervenção de organismos internacionais como Fundo das Nações Unidas para infância- UNICEF; Banco Mundial; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BIRD realizaram eventos importantes para a discussão em prol das pessoas com necessidades especiais terem Direito à Educação Escolarizada.

Com o apoio desses organismos Internacionais, em 1990, ocorreu em Jontiem na Tailândia, um dos maiores eventos internacionais que culminou com a construção da Declaração Mundial de Educação Para Todos. Este documento preconiza ampla reforma educacional nos mais de 155 países presentes nesse evento, entre eles, o Brasil. Como um país signatário, dessa conferência, o Brasil, assumiu o compromisso dos dispositivos contidos nos documentos e elaborou um plano Decenal de Educação para Todos em 1993, onde priorizou investimentos para Universalizar a educação básica em consonâncias com as orientações dos Organismos Internacionais.

Além desse evento em Jontiem, outro marco importante para as Reformas Educacionais, foi a “Conferência Mundial sobre Necessidade Especiais” na qual resultou na Declaração de Salamanca, que ocorreu em 1994, na Espanha. Nesse evento a prioridade foi a Educação Especial, ao afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras.

Em consonância com a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990), com a Convenção de Salamanca (1994), o Brasil sancionou sua nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN: 9394/96, onde no capítulo V destina três artigos à educação especial: artigo 58, 59 e 60, um marco para as

⁴ De acordo com o Decreto 7.611/05 o público alvo da educação especial são: alunos com deficiência física, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades Superdotação.

políticas Educacionais nacionais, já que as duas leis anteriores: 4024/61 destina no Título X, dois artigos 88 e 89 e a Lei 5692/71, o artigo 9.

Esta pesquisa, no primeiro momento, apresenta breve retrospectiva histórica, acerca das leis que garantem o acesso à escolarização das pessoas com deficiências, buscando fundamentos na Constituição Federal de 1988; a LDBEN 9394/96 e nas Políticas Públicas Educacionais para Educação Especial e Formação de Professores. Em seguida, iremos apresentar os dados das entrevistas realizada com a Professora da Sala Especial do Centro de Ensino Pio XII, localizada em São Luís/Ma.

A Educação Especial: Legislação nacional e regional

Para compreendermos o contexto atual da Educação Especial, é necessário registramos as leis que amparam esta modalidade de educação no Brasil. Há inúmeros dispositivos legais que garantem a ascensão da Educação Especial, com o intuito de fortalecer a inclusão de crianças com necessidades especiais nos espaços educacionais. O primeiro documento que se faz referência, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que discorre sobre a educação como sendo um direito fundamental, dispoendo acerca da gratuidade da instrução sistemática e a obrigatoriedade da instrução. O documento citado afirma que a Escola é um direito de todos e para todos, não havendo distinção entre pessoas, possibilitando a sociedade o acesso à Educação.

A Carta Magna de 1988, em seu artigo 208, afirma, no parágrafo III, que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, deve ocorrer na rede regular de ensino. Com base nos pressupostos legais da Conferência Mundial que ocorreu em Jontiene na Tailândia em 1990, dialogando sobre definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, e quatro anos depois em 1994, com o mesmo slogan utilizado na Conferência de Jontiene “Educação para todos” discutiu-se em Salamanca na Espanha sobre as oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades para o processo de ensino e aprendizagem. Estes dois documentos possibilitaram o amplo debate acerca das condições de oferta da Educação Especial no Brasil, na perspectiva de potencializar esta modalidade de ensino na Educação Básica e no Ensino Superior.

Carvalho, 2008 relata que a primeira legislação sobre educação especial no Maranhão surgiu em 1969 com a portaria nº432/69 com o projeto plêiade de educação de excepcionais, subordinado ao Departamento de Educação Primária da Secretária de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, sendo que em 1978 foi substituído pela Secretaria de Educação Especial (Decreto 6.838/78). Este projeto tinha como objetivo promover a educação de crianças, adolescentes e adultos excepcionais por meio de treinamento e capacitação de pessoas para atuarem com o ensino especial.

Esse período é marcado pelo assistencialismo às pessoas com necessidades especiais, poucas instituições educativas desenvolviam atividades pedagógicas. Muitas crianças frequentavam a escola apenas

para não permanecerem em casa e para cumprimentos das exigências legais, que sutilmente iam rompendo com os paradigmas vigentes da época. Posteriormente a década de 1970, o Maranhão vem acompanhando as políticas de inclusão, ampliando de forma sutil o atendimento nas escolas de Educação Básica.

Em 1996, a nova lei da educação brasileira LDB Nº 9.394/96, capítulo V nos seus artigos 58 e 59 enaltece o acesso e permanência da pessoa com necessidade educacional especial em ter o seu direito à educação, sendo um marco para a Educação Especial, subsidiando práticas exitosas nos espaços educativos comprometida com a formação de cidadãos. Essa lei acentua no seu texto que a Educação Especial é parte integrante da Educação Básica, eximindo assim o princípio da exclusão, afirmando que o ensino seja ministrado a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais específicas preferencialmente no sistema regular de educação.

A educação especial, como as demais modalidades de ensino, poderá ocorrer na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior. Daí a necessidade de buscar proporcionar a formação do educador especial qualificado para atuar no sistema de ensino e nos diferentes níveis. Ressaltamos que a formação de professores é condição *sine qua non* para o exercício efetivo de uma prática pedagógica inclusiva, porém esta prática somente se convalidará de fato partindo da conscientização ética dos professores e da compreensão do seu papel frente a este novo paradigma educacional.

A despeito disso, enfatiza-se que a formação de professores da educação especial ocorre através de cursos de capacitação e treinamento em serviços oferecidos pela Secretaria de Educação. Contudo, é frequente a oferta de cursos de Pós-graduação a nível de *Latu Sensu* ou *Scripto Sensu*, de extensão de curta duração em instituições privadas e públicas, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Diante desta nova oferta de cursos, os profissionais que atuam nesta área estão encontrando um maior suporte para atuação. Contudo, é interessante reafirmar que esta busca teórico-metodológica por si só não é suficiente, haja vista que toda a comunidade escolar deve estar mobilizada para esta ação. Analisando as críticas em tornos das formações dos docentes da Educação Especial, buscamos evidenciar alguns aspectos que apresentam empecilhos para o desenvolvimento deste profissional nesta modalidade de ensino, tais como: carga horária destinada à disciplina de Educação Especial nos cursos de graduação insuficiente para formação de professores, ocasionando diversos questionamentos entre os futuros e atuantes profissionais no momento em que se deparam com a realidade.

Em 2001, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica com o intuito de fornecer orientações na atuação de forma articulada com o ensino comum, orientando os sistemas de ensino, conforme consta no capítulo IV:

A educação especial deve garantir: (a) acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados; (b) transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; (c) oferta de atendimento educacional especializado; (d) formação de professores e demais profissionais da educação para atendimento educacional especializado à inclusão; (e) participação da família e da comunidade; (f) acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e (g) articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (2001, p.20).

Em 2014, o Governo do Estado do Maranhão, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovou o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão - PEE/MA, que estabelece ações e estratégias para a garantia e a ampliação do acesso, a melhoria das condições de permanência e o aprimoramento da qualidade da educação básica ofertada a todos os maranhenses. Entre as estratégias apresentadas no PEE, podemos destacar a meta 4 que corrobora sobre a Educação Especial, a saber: “Garantir o cumprimento dos dispositivos legais constantes na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC 2008) e nos marcos legais políticos e pedagógicos da educação inclusiva”. (2014, p. 18).

Mais uma vez observamos a necessidade de ampliar as discussões acerca da educação especial e inclusiva em nosso Estado, seja por meio de políticas públicas nacionais e estaduais ou pela ampliação da formação continuada dos docentes que atuam com este público em específico. Alguns pesquisadores da área (Vitaliano, 2002; Ducon, 2005; Cartolano, 1998; Sousa, 2007), enfatizam sobre a oportunidade de reconfigurar nos professores a concepção sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos da sala de aula comum e da classe especial, provendo situações de aprendizagem para que revejam seus preconceitos, valores e crenças acerca do processo de inclusão (Vitalino e Manzini, 2010).

Vale ressaltar que a formação de professores é apenas um dos pontos relevantes no processo de inclusão a ser aprimorado, pois o mesmo não deve ser considerado a peça chave no processo de ensino e aprendizagem, pois é necessário também considerarmos as condições de trabalho que lhe são ofertadas para a condução de suas atividades pedagógicas.

Outras duas metas do PEE que dialogam com a proposta desta pesquisa, são as metas 16 e 17, ao discorrem sobre a formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando qualificação à que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades de atuação. Tais metas estabelecem estratégias acerca do processo formativo de docentes, em consonância com os documentos oficiais pertinentes à Educação Especial.

Apesar dos significativos avanços legais ao longo dos últimos anos sobre a Educação Especial no Maranhão, podemos dizer que ainda muito se precisa fazer. Sem mascarar o contexto social divergente vivido em todos os municípios do nosso país, a maior parte da população público-alvo da Educação Especial, é excluída diariamente de nossas escolas e têm seus direitos roubados, pois as escolas bem como o corpo

administrativo e docente não se encontram preparados para lidar no que tange às questões relativas ao desenvolvimento e aprendizagem das nossas crianças.

O docente e sua formação para a Educação Especial

A política educacional brasileira ao longo desses dezessete anos vem contribuindo na perspectiva da formação inicial e continuada de educadores. O artigo 59 da LDB nº9.394/96 no inciso III, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, a saber: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (p.60).

Este é o único inciso que faz menção a formação para professores que atuam na Educação Especial, enfatizando que a capacitação docente por meio de cursos de especialização e aperfeiçoamento, sendo permitido à nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Assim, ao nos referirmos à formação docente, é imprescindível olharmos a prática, como condição primordial na construção da reflexão através da apropriação de abordagens teórico-metodológica na ressignificação desta prática. Duarte (1998), menciona que “ o processo de formação deve ser iniciado mediante a explicitação “do pensamento do professor sobre o ato educativo, o confronto deste com os problemas da realidade, com as alternativas de seus pares e outras perspectivas teóricas” (p.15).

No cenário educacional atual, com a legislação vigente, alunos com necessidades educacionais especiais devem ser assistidos em todos os níveis de ensino. Neste sentido, necessita-se de professores qualificados, pois existem múltiplas diferenças e a escola não consegue assegurar uma educação igualitária para todos. Cartolano (1998, pp.29-30) afirma que é necessário que a Educação Especial seja:

[...] parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral [...]. E, dado nosso momento histórico, temos que formar o professor qualificado, o profissional preparado para lidar com o aluno, seja ele “normal” ou “deficiente”.

Pesquisadores como Bueno (1999), Ferreira (1999) e Mazzotta (1993), abordam a formação de professores para a educação especial como tema propício a discussões nas suas obras, visto que atuar com essa modalidade da educação básica requer do professor conhecimentos e habilidades específicas. A escola, enquanto locus de trabalho aponta a necessidade de uma melhor preparação teórica diante das múltiplas dimensões que compõem o sistema educacional, e a ausência de informações sobre área compõe um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de uma prática pedagógica eficiente.

A experiência do Centro de Ensino PIO XII

Nossa pesquisa *in loco* realizou-se no Centro de Ensino Fundamental e Médio Pio XII, localizado no bairro Outeiro da Cruz em São Luís do Maranhão. A pesquisa desenvolveu-se no primeiro semestre de 2018 por meio de entrevista semiestruturada com 2 professoras que atuava na sala Especial, em turnos diferentes, que iremos nos referir por meio dos símbolos P1 e P2. A P1, trabalhou 37 anos na Rede Estadual de Educação, sendo nomeada em 1976, no Ensino Fundamental I, em 1978 foi convidada para assumir uma Classe Especial na Escola Sousândrade, e em 1983 foi transferida para a Classe Especial da Escola Pio XII para alunos com Deficiência Mental (nomenclatura da época). Nessa época, P1 nos informou que havia somente 8 professores que trabalhavam na Educação Especial em São Luís. Formada em Pedagogia, pela Universidade Vale do Acaraú- UVA, não possui Pós-graduação *Latu Sensu*, pois já estava perto de aposentar-se. Durante esses 32 anos que trabalhou na Rede Estadual, fez vários cursos de extensão e capacitação precisamente na área da Deficiência Mental.

No período desta pesquisa, a professora P1 estava aguardando a portaria de sua aposentadoria e nos informou que nos últimos 5 anos (2012-2017) não participava com tanta frequência de formações ofertada pela rede estadual como anteriormente na década de 80 e 90. Em 2006, assumiu a Sala Especial da Escola Pio XII, ao longo desses 13 anos nesta sala, recebeu alunos das mais variadas deficiências: Autistas, leve e severo, Deficientes Intelectuais- D.I, Síndrome de Down. Durante essa pesquisa a sala de aula pesquisada tinha 6 alunos: 5 alunos D.I; 1 alunos Autista.

Em relação a P2, que atuava no horário vespertino da classe especial da mesma escola, era formada pela Universidade Federal do Maranhão, possui Pós-Graduação *Latu Sensu* em Atendimento Educacional Especializado, e havia sido recentemente lotado na instituição. Ambas relataram que a escola não oferece estrutura, salas quentes e pequenas, ausência de material pedagógico e de diálogo com a coordenação pedagógica. A entrevista foi estruturada por meio de questionário contendo 5 questões subjetivas e estruturada de acordo com análise de conteúdos, proposta por Bardin(1977). Todas as questões foram elaboradas contemplando os aspectos formativos para atuação de professores com o público alvo da Educação Especial (Anexo).

Resultados e discussão

O primeiro questionamento apresentado as docentes, referiu-se a formação inicial obtida na graduação. P1 - mencionou que no seu período não se falava sobre crianças especiais; P2 – Declarou que durante os quatro anos teve apenas duas disciplinas relacionadas à Educação Especial, cada uma com 60 horas, porém não compreendia como trabalhar com essas crianças. Conforme o relato das duas professoras, podemos observar a necessidade de um processo formativo que propicie maior reflexão e atuação do docente no fazer pedagógico. A este respeito, citamos Cartolano (1998), quando menciona a importância do papel e compromisso de professores na construção de futuros professores, por meio de reflexões conjuntas e variadas experiências teóricas.

No segundo momento, questionamos as professoras sobre a sua busca pessoal por formação continuada. A *P1* respondeu que já fez alguns cursos por conta própria, porém alguns são caros demais. A *P2* apresentou a mesma informação. Sabemos que a formação continuada é necessária em qualquer campo de atuação, sendo um investimento que não deve ser oferecido somente pelo sistema. Contudo, é muito comum encontramos professores que condiciona seu processo formativo à investimentos do poder público. Conforme é apresentado por Vitaliano e Manzini (2010), é importante que o governo possa efetivar de forma mais ampla a ofertar de cursos para professores da Educação Básica, porém não podemos considerar essa a única via de formação.

A terceira pergunta, correspondeu a processo de formação e orientação pedagógica dentro do espaço escolar Tanto *P1* e *P2* foram unânimes ao responderem que sentem “desamparadas” pela equipe pedagógica da escola, pois não percebem envolvimento e interesse em relação as atividades desenvolvidas na classe especial. Diante do depoimento das professoras, contextualizamos a importância da equipe pedagógica desenvolver um trabalho coletivo e acompanhamento com todos os presentes neste espaço. De acordo com Winkeler e Oliveira (2006, p.111),

“ Muito mais do que incluir, a escola deve integrar, tanto socialmente, quanto em seu programa curricular, todas as crianças, sejam deficientes ou não-deficientes. Em um sentido mais amplo, o ensino inclusivo propõe uma prática pedagógica que promova a inserção de todos os indivíduos em escolas onde todas as necessidades sejam satisfeitas, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural”.

A quarta pergunta, referiu-se ao interesse particular em relação a continuidade dos seus estudos. *P1* como havia mencionado, não possui interesse, pois está perto de aposentar-se. *P2* - Alega ter interesse em fazer mestrado, contudo nunca tentou. Segundo Perrenoud (1999, p.18), “ o melhor local para formar professores reflexivos e críticos é a universidade”. Por meio desta afirmação, observamos a importância na implementação e ampliação de cursos de Pós-Graduação *Scriptu Sensu* possibilitando aos professores uma gama de conhecimentos além da graduação.

E por último, questionou-se sobre a participação das professoras em eventos científicos, tanto *P1* e *P2* relaram que participaram muito de eventos científicos durante a graduação, porém somente *P2* mencionou que sempre que tem disponibilidade ela participa. Diante do exposto, observamos a necessidade de incentivar no professor que encontra-se em sala de aula, a sua participação e atuação em eventos científicos, pois a escola é o maior local de pesquisa, fornecendo dados para a construção da sua práxis.

A partir dos resultados apresentados, levantam-se reflexões acerca da formação de professores para atuarem com o público alvo da Educação Especial nos espaços educacionais, visto que a ausência de aporte teórico é um dos principais entraves para o exercício de uma prática eficiente numa perspectiva inclusiva, pois corre-se o risco destes profissionais adotarem uma prática alienada ou meramente contemplativa.

Considerações finais

Os documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação Para Todos, em 1990 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, foram fundamentais, para a inclusão desses alunos na Sala Especial, dentro da escola comum, haja vista, que na década de 60, 70 essas crianças ficavam confinados em clínicas e Hospitais psiquiátricos.

Diante dos resultados apresentados nesta investigação, podemos observar claramente que é de fundamental importância de ampliarmos as discussões acerca da formação de professores que atuam ou irão atuar com o público alvo da Educação Especial, possibilitando a integração de todos os atores escolares na integração e aprimoramento de conhecimentos a essa área. É por meio do diálogo, que a educação especial e inclusiva poderá deixar ser utópica, tendo como ponto de partida a consciência e a formação de professores na construção da igualdade de aprendizagem e permanência nos espaços institucionais.

Referências

BRASIL. (1988.) Constituição da República Federativa. Brasília: Senado Federal.

_____. (1994.) Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO.

_____. (1996.) Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro.

_____. Decreto nº 7611/11. Dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Ministério da Educação.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. (225pp) Lisboa: Edições 70.

CARVALHO, M. B. W. B. (1998) de. Integração do aluno de Classe Especial- área de deficiência mental : as oportunidades oferecidas pela escola pública estadual. De 1º grau em São Luís no Estado do Maranhão. Dissertação (estrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **CARTOLANO, M. T. P.** (1998.) Formação do educador no curso de pedagogia.(29-40 pp). Cadernos Cedes, ano 19, n.46.

DUARTE, M.C. (1998.) O professor universitário na transição de paradigmas. Araraquara: JM Editora.

DUCOB, M.J. de O. (2005.) A formação do Professores e a Inclusão Educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo. Revista Educação Especial. Santa Maria, n.26.

MARANHÃO. (1969). Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Projeto Plêiade. Educação de Excepcionais. Setor de Deficientes Visuais, São Luís.

VITALIANO, C.R; MANZINI, E.J. (2010.) A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: **VITALIANO, C.R.** Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL.

WERNER, J. (1999.) Análise microgenética: contribuição dos trabalhos de Vigotski para o diagnóstico em psiquiatria infantil. Int. J. (157-171 pp) Prenataland Perinatal Psychologyand Medicine, v. 11, n. 2.